

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em treze de junho de dois mil e quatorze, às 08h15, em segunda chamada, no auditório do CIESP, Avenida Navarro de Andrade, s/nº - Vila Hortolândia – Jundiaí – S.P, com a participação de conselheiros e ouvintes, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às folhas 34 verso e 35 frente. Justificaram ausência os conselheiros: Célia Cerqueira de Araújo (Titular), Raquel Semiramis César Menezes (Titular), Sandro Rogério de Souza (Suplente), Mariana L. Amaral (suplente), Elisangela Trindade (titular). Após cumprimentar e agradecer a presença de todos, a Senhora Presidente Claudia Tofoli Honório, declarou aberta a plenária com a leitura da pauta **1. Leitura da Pauta; 2. Aprovação da ata do dia 23/05/2014; 3. Apresentação do Mapa do Programa Prefeito Amigo da Criança; 4. Devolutiva quanto ao financiamento de projetos das instituições ATEAL e PAIM e discussão sobre redação para novo edital; 5. Encerramento de contrato com a empresa LCG (Relações Públicas); 6. Devolutiva da “Comissão de Políticas, Programas e Gestão do FMDCA” acerca dos primeiros trabalhos; 7.**

**Inscrição para informes gerais.** A senhora presidente Claudia Tofoli Honório dá início a reunião com os devidos cumprimentos aos conselheiros, homenageando a presença de novos ouvintes, que se apresentaram – Márcia R. B. Kinal do Luis Braille, Edmilson Alexandre do CEDECA, também informa que a partir de meados de julho a funcionária Ana Paula substituirá a secretária *ad-hoc* Nínive de Paula Bueno por motivo de gozo de férias, prosseguindo ao segundo item **2. Aprovação da ata do dia 23.05.2014**, por falta de quórum, foi invertida a pauta passando para o item seguinte **3. Apresentação do Mapa do Programa Prefeito Amigo da Criança**; é dada a palavra ao conselheiro Denílson Ricardo André que inicia sua apresentação juntamente com a Comissão de Mapeamento, Acompanhamento e Avaliação (CMAA) dizendo da importância de se ter quadro de atendimento na cidade de Jundiaí, visto que servirá de base para a construção do Plano Municipal, dando início aos dados colhidos com a secretaria da saúde, quando a conselheira Maria Aparecida Ribeiro da Costa coloca que a taxa de mortalidade infantil já é uma das menores de todo o Estado de São Paulo e a causa está na melhoria da assistência ao pré-natal, ao parto e a puericultura; em continuidade aos dados apresentados, quanto ao usuário de drogas, o atendimento existe, mas faltam dados visto que o COMAD (Conselho Municipal Anti Drogas) está em inatividade, devendo retornar em breve. Que os dados podem ser conseguidos com a ajuda dos Conselhos Tutelares e dos CAPS – AD, a conselheira Maria Aparecida Ribeiro da Costa diz que especialmente em relação às crianças de 0 a 5 anos, outros aspectos interferem no atendimento à saúde tais como: saneamento, violência etc., o conselheiro Denílson Ricardo André pede que pensemos quanto às metas a serem atingidas na gestão 2014-2016, momento em que a conselheira Rose Meire Mendes de Almeida declara não ser possível fazê-lo visto que o material do PPAC foi disponibilizado aos conselheiros por email apenas na tarde do dia anterior, questionando no material disponibilizado pela Abrinq em que espaço está a possibilidade do que pode vir a ser melhorado, ao que a conselheira Maria Aparecida Ribeiro da Costa responde dizendo acontecer em momento posterior, que o grupo que construiu os dados também já pensa nesse assunto; acerca dos dados sobre educação, 7 creches estão sendo construídas em Jundiaí, a maioria dos professores tem nível superior, não havendo mais salas para educação especial, a conselheira Selma Regina de Oliveira coloca que o ensino fundamental I, que compreende alunos do 1º ao 5º ano,

é de competência do município de Jundiaí e o ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano, é de competência predominantemente do Estado de São Paulo, restando apenas 2 de competência municipal; existem de 3 a 4 escolas na zona rural as quais não estão tão distantes da zona urbana; quanto ao critério prevenção e combate à violência contra criança e adolescente, o conselheiro Denílson Ricardo André declara não haver dados sobre o número de casos visto que encontrou diferença de números entre notificações da secretaria da saúde, casos atendidos pelos Conselhos Tutelares e pela DDM, que o material da Abrinq classifica como sendo 4 os tipos de violência: doméstica, sexual, escolar e outros, que nesse item a comissão adotou os dados dos CTs – 4500 casos atendidos, e das notificações, aqueles disponibilizados pela secretaria da saúde, que também surgiram dúvidas sobre quais dados utilizar e sobre a forma de classificação de violência visto que há cenários em que mais de um tipo acontece na mesma oportunidade; no que tange o atendimento socioeducativo (adolescente em conflito com a lei), a conselheira Rosana Merighi declara que os dados que estão sendo apurados vão aflorar os problemas no sistema de direitos e garantias SDG, a forma como o adolescente é tratado no poder judiciário, as falhas nos encaminhamentos, a falta de receptividade deles nas escolas, sendo cada vez mais urgente o trabalho de prevenção, a conselheira tutelar Kelly Cristina Galbieri acrescenta que o adolescente quase que debocha do sistema visto que a desobediência à medida socioeducativa não acarreta qualquer conseqüência a ele, a conselheira Rosana Merighi enfatiza a importância da implantação de vara especializada na infância e juventude; o conselheiro Denílson Ricardo André declara que a aplicação da medida acontece de maneira padronizada, sem que haja a oitiva do próprio adolescente; Conselheira Rosana Merighi aponta para a falta de discussão no CMDCA para a construção de ações, momento em que a senhora presidente Claudia Tofoli Honório coloca que o Conselho já está se articulando, seja pela organização e funcionamento de comissões, seja pela implantação de comissão específica com o dever de construir o Plano Municipal de uma vez por todas, o que, a título de curiosidade, nunca existiu, pois, segundo o conselheiro Denílson Ricardo André, não foram encontrados Planos Municipais de gestões anteriores, a conselheira Rose Meire Mendes de Almeida enfatiza ainda que quanto ao SINASE, as ações pararam em decorrência da burocracia, ao que a conselheira Maria Aparecida Ribeiro da Costa diz que o mapa do PPAC da gestão passada não foi apresentado ao CMDCA e o documento com a devolutiva da ABRINQ ficou sob responsabilidade da SEMADS, em prosseguimento ao explanado, o conselheiro Denílson Ricardo André aborda a questão do trabalho infantil declarando que apenas 1 caso foi registrado na Assistência, que não há equipe de busca ativa, que a prefeitura fez aceite do PETI por 4 anos, que pelos dados do IBGE de 2010 há cerca de 1600 crianças em situação de trabalho infantil, ao que a ouvinte sra. Lucinda Cantoni Lopes acrescenta não se tratarem de dados reais visto que não contabilizam as crianças e adolescentes que trabalham no comércio das drogas, o que, segundo a conselheira Rosana Merighi para as famílias atendidas é considerado trabalho, que o PETI deve ser pensado como prevenção e atendimento, que na 4ª feira passada participou de reunião do CREAS em Campinas havendo a presença de vários autores da rede do SDG, inclusive com a presença de membros do MTE, o que não acontece aqui em Jundiaí, a conselheira Maria Aparecida Ribeiro da Costa acrescenta que nos atendimentos é comum que os pais peçam para que não faça notificação a respeito do trabalho infantil, e que a situação é ainda pior na zona rural, a conselheira Selma Regina de Oliveira diz que a situação é mais comum do que se imagina, que na escola em que trabalha é freqüente encontrar irmãos em que o(a) mais velho(a) cuida dos mais novos, inclusive levando e buscando, provendo comida e tudo o mais; a conselheira Rosana Merighi ainda coloca a situação irregular que acontece com o aprendiz quando adolescentes acabam carregando excesso de peso; a presidente do CMAS e ouvinte, sra. Maria Aparecida Carlos enfatiza a importância de ser trabalhar com as famílias na questão do trabalho infantil, ainda porque, segundo o conselheiro Denílson Ricardo

André, existe toda uma cultura em relação ao trabalho quando pesquisas apontam que a maioria não trabalha para ajudar a família, mas sim por interesse próprio; a seguir, quanto ao orçamento, foi apurado que a Educação é o maior gasto do município, seguido da Saúde, que é difícil calcular o gasto exclusivo com a criança e o adolescente chegando-se assim ao término da explanação com a recomendação da senhora presidente Claudia Tofoli Honório para que os conselheiros observem com mais tempo o mapa e que num próximo encontro sejam discutidas possíveis questões, que o mapa será discutido pela comissão para delineamento do plano municipal, ao que surge interpelação do conselheiro Denílson Ricardo André observando que a discussão terá de ser seguida devido à complexidade da matéria, retomando-se novamente o item **2. Aprovação da ata do dia 23/05/2014;** com a chegada de mais conselheiros aptos a voto a ata do dia 23/05 foi aprovada, sem abstenções, seguindo para o próximo item. **4. Devolutiva sobre financiamento de projetos das instituições ATEAL e PAIM e discussão sobre redação para novo edital;** com o intuito de encerrar a discussão acerca do financiamento de projetos, a senhora presidente Claudia Tofoli Honório esclarece que o assunto foi discutido e decidido em plenária e que os projetos das duas entidades não serão contemplados neste momento, visto que o edital previa a captação integral de recursos por parte das entidades, que também foi decidido em plenária pela edição de outro edital cujo texto está quase que totalmente pronto havendo somente duas pendências – quanto a exigência de documentação que já é requerida quando do registro da entidades e quanto a questão de datas; **6. Devolutiva da “Comissão de Políticas, Programas e Gestão do FMDCA” acerca dos primeiros trabalhos;** no que se refere ao edital, o conselheiro Daniel Rossin Polo sugere nova reunião com a Comissão de Políticas e Programas e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente antes da apresentação dos termos do edital; a ouvinte dona Lucinda Cantoni Lopes indaga que com todos os procedimentos que envolvem um novo edital, provavelmente o dinheiro do FMDCA não vai ser utilizado ainda este ano, ao que a senhora presidente Claudia Tofoli Honório enfatiza a importância de aproximação do CMDCA com as entidades, o que já está sendo realizado pelo projeto “Revitalizando com o CMDCA” nas visitas da comissão de registro a todas as entidades registradas e, quanto ao Fundo, que um dos problemas encontrados na última reunião da CPP e FMDCA com a representante de finanças sra. Raquel Bellodi Crepaldi é que muitos dos depósitos não têm identificação, que o assunto é muito mais complexo do que se imaginava, seguindo item **5. Encerramento de contrato com a empresa LCG (Relações Públicas);** a senhora presidente declara que o contrato com a L C Gomes se encerra em julho e que a gestora do contrato, a senhora Claudia Regina M. de Oliveira, solicitou a ambos os conselhos um parecer sobre a renovação ou não do referido contrato, que o Sr. Milton Calzavara, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - COMDIPI se mostrou interessado com a possibilidade de reunir, num mesmo processo licitatório, os 3 conselhos para contratação de nova empresa de relações públicas; contudo, quando em conversa com a presidente do CMAS, ambas presidentes após consulta as respectivas mesas chegaram a conclusão que talvez a contratação de relações públicas seja suficiente, não sendo necessário contratação de uma empresa e sim de uma pessoa que atue como relações públicas divulgando o trabalho dos conselhos, atuando intensamente na questão das destinações ao Fundo etc., que um próximo edital deve contemplar dentre outras, a questão das horas a serem dedicadas a cada conselho visto que a atual empresa deixou a desejar. Neste momento, a conselheira Rose Meire Mendes de Almeida solicita a resolução para instalação da comissão do PAIR, situação que está parada por questões burocráticas e a conselheira Simone de Andrade Pligher sugere a realização de construção de resolução apresentando a composição de todas as comissões e suas atribuições visando, inclusive, publicação às futuras gestões, ficando determinado o texto da resolução na próxima reunião ordinária **7. Inscrição para Informes Gerais;** a presidente do CMAS senhora Maria Aparecida Carlos informa

sobre o fórum da Cáritas a se realizar na próxima segunda-feira, 17/06 às 19h00 na Cúria, a seguir a conselheira Selma Regina de Oliveira convida a todos para a festa junina a se realizar no sábado dia 14/06 na EMEB do Rotary das 9h00 às 12h00, com a apresentação de danças, comidas típicas e etc. Como último assunto, no que se refere à utilização do SIPIA pelos Conselhos Tutelares, a senhora presidente Claudia Tofoli Honório argumenta que tem conhecimento de ainda haver conselheiros resistentes quanto a utilizar o sistema, que no evento do dia 27/06 será comunicada à população que o Conselho Tutelar de Jundiá está equipado com o sistema, que não se pode mais adiar o anúncio à população, que o que estava ao alcance do CMDCA realizar foi feito na realização do curso, na disponibilização de suporte técnico, que quanto aos equipamentos oferecidos pelo governo federal, a conselheira da Casa Civil Marília Isabel F. D. de Souza disse que falta apenas o deferimento do órgão responsável em Brasília para a obtenção dos computadores, ao que a senhora presidente do CMDCA indica a necessidade de contatar o Sr. Marcelo Nascimento do setor do SDH em Brasília, a fim de agilizar o processo de obtenção dos computadores, a seguir a conselheira tutelar do CT 2, Jussania Rita Lamarca Escapin reconhece sua dificuldade com o sistema, que houve problemas com as máquinas, mas que o conselheiro tutelar do CT 1 Sr. Donizeth Aparecido de Andrade esteve no CT 2 ajudando as conselheiras, que a maior dificuldade ainda está no cadastramento das informações ao que a conselheira Patricia Ribeiro Pierassi deu como dica que eles pensassem na possibilidade de interação com outros Conselhos Tutelares que já trabalham com o SIPIA em busca de soluções acerca do dia-a-dia no manuseio do aparelho, outra sugestão dada foi que a cada período previamente estabelecido, um conselheiro ficasse encarregado de alimentar o sistema visando a não sobrecarregar os demais, por fim, quanto ao evento do café da manhã com as entidades, marcado inicialmente para o dia 27/06, a senhora presidente Claudia Tofoli Honório argumenta que descobriu que existem licitados 3 tipos de kit, que eles são fornecidos por uma padaria de Santa Bárbara D'Oeste, que tais kits só podem ser fornecidos para eventos realizados com a presença de autoridades, que muito provavelmente não haverá tempo hábil entre a solicitação feita e a entrega do kit para o dia 27/06, ficando decidido que na segunda-feira dia 17/06, nova reunião será realizada com o pessoal da área de finanças, e que se verificará, dentre outros assuntos, quando e como é possível ao CMDCA se utilizar do dinheiro do FMDCA; que para a próxima reunião do dia 27/06, o texto do novo edital para captação de recursos para financiamento de projetos será apresentado, que por motivo de segurança, a data do evento do café com as entidades deve ser postergada para o dia 11/07 e que neste mesmo evento será lançado o edital e comemorado o aniversário do ECA. A seguir a senhora presidente declara encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima reunião ordinária, que será realizada no dia vinte sete de junho de 2014 no espaço CIESP. Eu, Patrícia Ribeiro Pierassi, secretária "ad hoc" \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pela Assembléia, segue para assinatura da presidente.

**Claudia Tofoli Honório**

**Presidente CMDCA – Jundiá/SP**

**FUNDO MUNICIPAL**

PMJ - FMDCA  
CNPJ: 17.498.120/0001-63  
BANCO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
AGÊNCIA: 0316  
CONTA CORRENTE: 52-0



**SECRETARIA EXECUTIVA**

Rua Rangel Pestana, 766 - Centro - Jundiá/SP  
[11] 4586.0698 / 4522.7595 ramal 31  
www.cmdca.jundiai.sp.gov.br  
cmdca@jundiai.sp.gov.br